



DESAFIO 40

SEDES

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS**03 AGOSTO - Prof. William Dornela**

Em uma região administrativa do Distrito Federal, a equipe de uma unidade socioassistencial acompanha a família de Joana, mãe solo de três crianças. Após o encerramento de seu vínculo informal de trabalho, a família passou a enfrentar insegurança alimentar, dificuldade para adquirir gás de cozinha e risco de interrupção do fornecimento de energia elétrica. O filho mais velho, de 14 anos, começou a realizar atividades remuneradas durante o horário escolar, enquanto a filha de 9 anos passou a apresentar ausências frequentes para cuidar do irmão mais novo. A família está inscrita no Cadastro Único, mas seus dados não refletem as mudanças recentes. Durante o atendimento, Joana solicita ajuda financeira imediata e afirma que deixará os filhos fora da escola até conseguir reorganizar a rotina doméstica.

01. Considerando as vulnerabilidades e as possíveis violações de direitos presentes na situação, a conduta tecnicamente mais adequada da equipe consiste em:

- A.** concentrar a intervenção na regularização da frequência escolar, por constituir o aspecto objetivamente comprovado no atendimento inicial.
- B.** encaminhar os adolescentes ao órgão de proteção competente e concluir o atendimento familiar após a comunicação da situação identificada.
- C.** orientar Joana a reorganizar os cuidados domésticos antes da concessão de benefícios, de modo a demonstrar capacidade protetiva perante a equipe.
- D.** efetuar os encaminhamentos administrativos relativos à renda e aguardar a atualização cadastral para iniciar a análise das demais necessidades.
- E.** realizar avaliação integral das inseguranças, providenciar os encaminhamentos para acesso a benefícios e serviços e articular a proteção das crianças com a rede, preservando o acompanhamento familiar.

02. Ao examinar a possibilidade de acesso

ao Programa Cartão Gás, o servidor responsável deverá considerar que:

- A.** a situação de desemprego recente constitui elemento suficiente para inclusão imediata, ainda que os demais requisitos do programa não sejam verificados.
- B.** o benefício integra os benefícios eventuais e, por essa razão, pode ser concedido mediante avaliação técnica realizada na unidade socioassistencial.
- C.** a concessão e a manutenção do auxílio dependem da validação dos dados da família no Cadastro Único e do atendimento aos critérios normativos do programa.
- D.** o auxílio destina-se ao custeio das despesas domésticas relacionadas à preparação de alimentos, permitindo a utilização do crédito para gás, energia ou alimentação.
- E.** a inclusão da família deve decorrer de decisão colegiada da equipe, pois a concessão exige avaliação social individualizada antes da validação cadastral.

Durante o atendimento, Joana solicita um auxílio em razão da perda da renda e da dificuldade momentânea para assegurar a subsistência familiar.

03. À luz da regulamentação distrital dos benefícios eventuais, é CORRETO afirmar que:

- A.** a redução da renda gera direito a uma transferência continuada, mantida enquanto o responsável permanecer sem ocupação remunerada.
- B.** a situação pode fundamentar benefício eventual por vulnerabilidade temporária, mediante avaliação das contingências, dos riscos, das perdas e dos danos vivenciados pela família.
- C.** o benefício eventual deverá ser substituído pelo Cartão Gás, pois famílias inscritas no Cadastro Único não podem acumular provisões relacionadas à subsistência.
- D.** a concessão pressupõe o cumprimento prévio dos encaminhamentos formulados pela equipe, especialmente aqueles relacionados à frequência escolar.

E. a análise deverá ser realizada pelo órgão gestor do Cadastro Único, que possui competência para reconhecer a situação de vulnerabilidade temporária.

Joana informa que perdeu seus documentos pessoais durante uma mudança emergencial e acredita que essa circunstância inviabilizará a análise do benefício eventual.

04. Nesse caso, a equipe deverá orientar que:

A. a ausência de documentação pessoal não impede, por si só, a concessão, devendo ser adotadas providências para viabilizar o acesso da usuária à documentação civil.

B. a concessão poderá ocorrer após declaração de duas testemunhas residentes no território, procedimento que substitui a avaliação técnica.

C. a documentação poderá ser dispensada quando houver inscrição atualizada no Cadastro Único, que passa a constituir requisito suficiente para reconhecimento do direito.

D. o atendimento deve ser registrado, mas a concessão permanecerá suspensa até que seja emitido documento oficial com fotografia.

E. o benefício poderá ser antecipado por decisão da coordenação da unidade, ficando a avaliação socioassistencial condicionada à regularização posterior.

Carlos, servidor recém-empossado no cargo de Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social, com formação em Pedagogia, é lotado em órgão distrital responsável por ações de segurança alimentar e nutricional. Em reunião de equipe, outro profissional sustenta que o pedagogo deveria ser transferido para uma unidade escolar, pois as atribuições da carreira estariam vinculadas ao SUAS e não alcançariam atividades desenvolvidas no SISAN.

05. Considerando a Lei Distrital nº 7.484/2024, a afirmação apresentada na reunião é:

A. adequada, pois os cargos de especialista são organizados conforme a política pública de origem da formação acadêmica exigida no concurso.

B. adequada, porque as ações de segurança alimentar são executadas por carreira admi-

nistrativa distinta daquela responsável pela assistência social.

C. inadequada, uma vez que todos os servidores da carreira podem desempenhar indistintamente atribuições próprias de qualquer especialidade profissional.

D. inadequada, pois a carreira abrange atividades nos órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Assistência Social, no SUAS, e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no SISAN.

E. parcialmente adequada, pois a atuação no SISAN é admitida para o cargo técnico, enquanto o especialista permanece vinculado aos serviços socioassistenciais.

No exercício de suas atribuições, Carlos é designado para participar da elaboração de ações educativas com usuários de um Restaurante Comunitário localizado em território de elevada insegurança alimentar.

06. Nessa situação, sua atuação deve:

A. limitar-se à conferência do fornecimento das refeições, porque atividades educativas integram as competências dos órgãos de educação e saúde.

B. priorizar a identificação dos usuários em situação de pobreza para estabelecer diferentes padrões nutricionais conforme a renda familiar.

C. substituir o atendimento socioassistencial do território, utilizando o equipamento alimentar como espaço de acompanhamento familiar continuado.

D. articular ações de educação alimentar e nutricional, acesso a direitos e participação dos usuários, respeitando as competências da equipe e a integração entre SISAN e demais políticas públicas.

E. direcionar as atividades aos beneficiários de programas de transferência de renda, considerando que esse grupo constitui o público formal dos restaurantes comunitários.

07. A respeito da finalidade dos Restaurantes Comunitários no Distrito Federal, assinale a alternativa CORRETA:

A. São equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional destinados à produção e ao fornecimento de refeições a preço acessível, com atendimento priori-

tário às pessoas e famílias em insegurança alimentar e nutricional.

B. São unidades socioassistenciais de proteção social básica que realizam acompanhamento familiar e concedem benefícios relacionados à alimentação.

C. São estabelecimentos públicos direcionados às pessoas inscritas no Cadastro Único, cujo acesso depende da comprovação de

renda familiar.

D. São equipamentos de fornecimento emergencial de alimentação, acionados em períodos de calamidade ou de interrupção da renda familiar.

E. São serviços integrantes do SUAS que executam ações de acolhida e convivência em articulação com os centros de referência.

SUAS - SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

04 AGOSTO - Prof. Adenilton

(FAU - 2026 - Prefeitura de Marmeleiro - PR - Assistente Social)

01. Segundo a Norma Operacional/Sistema Único de Assistência Social, NOB/SUAS (2012), a política de assistência social, tem por funções:

A. Prover proteção à vida, reduzir danos.

B. Prevenir a incidência de riscos sociais.

C. Integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS.

D. Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente.

E. A proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

(Crescer Consultorias - 2019 - Prefeitura de Paulistana - PI - Instrutor de Artesanato)

02. Tendo como base o que dispõe a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS da Política nacional de Assistência Social – PNAS/2004, não é correto afirmar que:

A. A proteção especial de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos.

B. São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em

famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho.

C. Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Tais como: plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio e Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência.

D. A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

(PS Concursos - 2025 - CISAS - SC - Assistente Social)

03. Conforme a Norma Operacional Básica NOB/SUAS, em seu artigo 4º: São seguranças afiançadas pelo SUAS, EXCETO:

A. Acolhida.

B. Renda.

C. Convívio ou vivência familiar, comunitária e social.

D. Consolidar a gestão compartilhada.

E. Apoio e auxílio.

(CESPE / CEBRASPE - 2025 - PC-DF - Gestor de Apoio as Atividades Policiais Civis - Especialidade: Assistente Social)

Julgue o item a seguir, relativo à Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

04. A proteção social deve garantir a segurança de rendimentos, definida pela PNAS como uma compensação do valor do salário mínimo defasado.

(IMPARH - 2024 - Prefeitura de Fortaleza - CE – Advogado)

05. Conforme a Norma Operacional de Assistência Social (NOB/SUAS 2012), são instâncias de deliberação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

- A.** Comissões Intergestores e Conferências.
- B.** Conselhos e Conferências de Assistência Social.
- C.** Conselhos e Comissões Intergestores.
- D.** Conselhos e Fórum de Usuários do SUAS.

(CESPE / CEBRASPE - 2025 - PC-DF - Gestor de Apoio as Atividades Policiais Civis - Especialidade: Assistente Social)

Julgue o item a seguir, relativo à Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

06. A comissão intergestores tripartite (CIT) é uma instância de controle social que se caracteriza como um espaço de articulação entre os gestores e a sociedade civil.

(Quadrix - 2021 - CRESS-DF - Assistente Social - Agente Fiscal)

07. Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assinale a alternativa INCORRETA:

- A.** O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei Orgânica da Assistência Social.
- B.** A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar os respectivos planos de assistência social a cada ano, de acordo com os períodos de elaboração do plano plurianual.
- C.** São instrumentos da gestão financeira e orçamentária do SUAS o orçamento da assistência social e os fundos de assistência social.

D. O Pacto de Aprimoramento do SUAS firmado entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios é o instrumento por meio do qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS e consiste em um mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas, dos projetos e dos benefícios socioassistenciais.

(FUNATEC - 2026 - Prefeitura de São José do Divino - PI - Assistente Social - 30H - Assistente Social)

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) disciplina a gestão pública da política de assistência social em todo o território nacional, estabelecendo, entre outras diretrizes, o modelo de financiamento e os critérios de partilha de recursos entre os entes federativos.

08. De acordo com as regras de financiamento estabelecidas na NOB/SUAS, assinale a alternativa correta sobre o repasse de recursos financeiros.

- A.** O financiamento do SUAS é de responsabilidade exclusiva do governo federal, ficando os estados e municípios isentos de aportar recursos próprios na assistência social.
- B.** A NOB/SUAS veda a utilização de recursos dos fundos de assistência social para o pagamento de profissionais que compõem as equipes de referência do CRAS e do CREAS.
- C.** O financiamento federal do SUAS é realizado por meio de reembolso posterior, exigindo que o município execute as ações com recursos próprios por dois anos antes de pleitear a verba federal.
- D.** Os repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os fundos municipais e estaduais devem ocorrer na modalidade fundo a fundo, de forma regular e automática, sem necessidade de convênios para as ações continuadas.

EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL, NÃO FORMAL E O PAPEL DO PEDAGOGO

05 AGOSTO - Prof. Carlinhos Costa

Durante o acompanhamento de adolescentes em situação de vulnerabilidade, uma pedagoga da SEDES-DF identificou diferentes experiências educativas: frequência regular à escola pública; participação em oficinas planejadas por uma organização social, com objetivos formativos e avaliação das atividades; aprendizagem de formas de cuidado e convivência nas relações familiares; e participação em ações socioeducativas conduzidas pela própria unidade de assistência social. Ao elaborar o plano de intervenção, a profissional discutiu com a equipe a natureza dessas experiências e o papel pedagógico exercido fora da instituição escolar.

01. Considerando as características da educação formal, não formal e informal, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** As oficinas promovidas pela organização social integram a educação informal, pois ocorrem fora da escola e se constroem por meio das relações sociais estabelecidas espontaneamente entre os participantes.
- B.** As aprendizagens constituídas no convívio familiar configuram educação não formal, uma vez que resultam de processos educativos socialmente reconhecidos, ainda que não estejam subordinados ao currículo escolar.
- C.** As ações socioeducativas desenvolvidas pela unidade de assistência social adquirem natureza formal quando são planejadas por pedagogo, apresentam objetivos definidos e utilizam instrumentos de acompanhamento dos participantes.
- D.** A distinção entre educação formal e não formal decorre prioritariamente da existência de intencionalidade pedagógica, pois ambas podem ocorrer em diferentes espaços institucionais e conduzir à certificação reconhecida pelos sistemas de ensino.
- E.** A escola integra o campo da educação formal; as oficinas intencionais realizadas por organizações sociais e as ações socioeducativas da assistência social situam-se, em regra, na educação não formal; e as aprendizagens produzidas nas relações fa-

miliares cotidianas correspondem à educação informal.

Em uma unidade socioassistencial do Distrito Federal, uma pedagoga coordena encontros com adolescentes sobre participação social, direitos e projetos de vida. As atividades possuem planejamento, objetivos formativos e acompanhamento sistemático, mas não integram currículo escolar nem conferem certificação acadêmica. Os participantes também frequentam a escola, participam de oficinas promovidas por uma associação comunitária e constroem valores e modos de convivência nas relações familiares e entre pares.

02. Considerando as modalidades educativas e o papel do pedagogo, assinale a alternativa CORRETA:

- A.** Os encontros socioassistenciais e as oficinas comunitárias integram a educação formal, pois a presença de objetivos, mediação profissional e acompanhamento sistemático confere institucionalidade pedagógica às ações.
- B.** Os encontros socioassistenciais constituem educação não formal, enquanto as oficinas comunitárias se aproximam da educação informal, em razão de sua vinculação às práticas culturais e às experiências espontâneas do território.
- C.** A escolarização corresponde à educação formal, e as experiências familiares e comunitárias integram a educação informal, ainda que algumas delas sejam previamente organizadas e orientadas por objetivos formativos.
- D.** Os encontros socioassistenciais e as oficinas comunitárias configuram educação não formal; a escolarização integra a educação formal; e as aprendizagens cotidianas nas relações familiares e entre pares situam-se no campo informal.
- E.** A atuação do pedagogo caracteriza os encontros socioassistenciais como educação não formal, ao passo que as oficinas comunitárias permanecem no campo informal por não integrarem instituições públicas de ensino.

Uma pedagoga que atua em equipamento socioassistencial do Distrito Federal participa da elaboração de um percurso formativo destinado a famílias acompanhadas pelo serviço. O percurso envolve encontros previamente organizados sobre direitos sociais, atividades culturais desenvolvidas em parceria com lideranças comunitárias e momentos de troca de experiências entre os participantes. Ao mesmo tempo, a profissional considera aprendizagens construídas no cotidiano familiar e mantém articulação com as escolas frequentadas pelas crianças e pelos adolescentes atendidos.

03. Considerando as relações entre educação formal, não formal e informal e a atuação do pedagogo, assinale a alternativa CORRETA:

A. Os encontros organizados pelo equipamento socioassistencial aproximam-se da educação formal, pois sua intencionalidade pedagógica, sua continuidade e sua vinculação a uma política pública lhes conferem estrutura equivalente à escolarização institucionalizada.

B. As atividades realizadas com lideranças comunitárias situam-se no campo da educação informal, pois a participação da comunidade reduz o grau de sistematização pedagógica e transfere a condução do processo para as experiências culturais do território.

C. Os encontros socioassistenciais e as atividades comunitárias planejadas inserem-se no campo da educação não formal, enquanto as aprendizagens decorrentes da convivência cotidiana correspondem à educação informal; a escolarização permanece vinculada à educação formal, sem que a articulação entre esses processos elimine suas especificidades.

D. As aprendizagens familiares tornam-se não formais quando são retomadas pela pedagoga nos encontros socioassistenciais, pois a mediação profissional altera a natureza original dos conhecimentos produzidos nas relações cotidianas.

E. A articulação do equipamento socioassistencial com as escolas converte o percurso formativo em extensão da educação formal, ainda que suas atividades ocorram fora do currículo e não produzam certificação reco-

nhecida pelos sistemas de ensino.

Uma pedagoga da SEDES-DF participa da elaboração de um projeto dirigido a jovens em processo de desligamento de serviço de acolhimento institucional. A proposta envolve acompanhamento da trajetória escolar, visitas mediadas a espaços culturais, rodas de discussão sobre direitos, atividades de preparação para o mundo do trabalho e valorização de aprendizagens construídas na convivência e na circulação pelo território. Ao avaliar o projeto, a equipe debateu os critérios que distinguem educação formal, não formal e informal, bem como os efeitos da mediação pedagógica sobre a natureza dessas experiências.

04. Assinale a alternativa CORRETA:

A. As atividades culturais e socioassistenciais planejadas podem situar-se no campo da educação não formal, enquanto a trajetória escolar permanece vinculada à educação formal e as aprendizagens cotidianas mantêm caráter informal, ainda que sejam reconhecidas e mobilizadas pelo pedagogo em ações posteriores.

B. As visitas mediadas podem ser compreendidas como educação informal quando preservam a experiência direta dos participantes, embora sejam orientadas por objetivos formativos e organizadas previamente pela equipe responsável.

C. O acompanhamento da matrícula, da frequência e da permanência escolar constitui educação não formal, pois a mediação ocorre no âmbito socioassistencial e não corresponde à execução direta do currículo pela instituição de ensino.

D. As aprendizagens construídas no trabalho e na convivência passam ao campo não formal quando são incorporadas ao planejamento pedagógico, uma vez que a sistematização posterior redefine a natureza educativa da experiência originária.

E. As rodas de discussão realizadas no serviço de acolhimento aproximam-se da educação formal quando apresentam continuidade, registros de participação e avaliação dos objetivos, mesmo sem integração ao sistema de ensino ou certificação correspondente.

Em um programa socioassistencial do Distrito Federal voltado a adultos em processo de reinserção social e produtiva, uma pedagoga acompanha diferentes experiências educativas: curso técnico ofertado por instituição credenciada; oficinas de planejamento financeiro promovidas pelo serviço; orientações recebidas em uma cooperativa durante a realização de atividades produtivas; e aprendizagens sobre organização do trabalho construídas ao longo da trajetória familiar e comunitária. Ao analisar essas experiências, a profissional discutiu com a equipe os critérios de diferenciação entre educação formal, não formal e informal.

05. Assinale a alternativa CORRETA:

A. O curso técnico e as oficinas socioassistenciais situam-se no campo formal, pois ambos possuem objetivos definidos, sequência de conteúdos e mediação realizada por profissionais, diferenciando-se quanto ao reconhecimento da certificação.

B. As orientações oferecidas pela cooperativa integram a educação informal quando surgem no exercício cotidiano da atividade produtiva, ainda que sejam organizadas previamente e conduzidas como parte de um percurso formativo institucional.

C. As aprendizagens construídas na trajetória familiar e comunitária assumem natureza não formal quando passam a ser consideradas pela pedagoga no planejamento das ações, pois a intencionalidade posterior redefine sua classificação educacional.

D. O curso técnico vincula-se à educação formal; as oficinas planejadas pelo serviço e as orientações formativas organizadas pela cooperativa podem integrar a educação não formal; e as aprendizagens produzidas nas experiências cotidianas permanecem no campo informal, ainda que sejam reconhecidas no acompanhamento pedagógico.

E. As oficinas socioassistenciais e as orientações da cooperativa pertencem a modalidades distintas, pois a educação não formal exige atuação pedagógica institucional, enquanto processos organizados no ambiente de trabalho conservam natureza informal.

Em uma ação intersetorial realizada no Distrito Federal, uma pedagoga da SEDES

participa de atividades sobre saúde, acesso a direitos e participação comunitária. A proposta reúne práticas curriculares de uma escola pública, oficinas conduzidas por agentes comunitários, encontros planejados em uma unidade socioassistencial e aprendizagens construídas pelos usuários nas relações familiares.

06. Considerando as modalidades educativas e a atuação do pedagogo, assinale a alternativa CORRETA:

A. As práticas curriculares e as oficinas comunitárias pertencem à educação formal, pois ambas apresentam objetivos formativos e são desenvolvidas por agentes vinculados a políticas públicas.

B. As oficinas comunitárias e os encontros socioassistenciais integram a educação informal, pois ocorrem em espaços nos quais a aprendizagem se articula às experiências sociais do território.

C. As aprendizagens familiares situam-se no campo informal, mas passam à educação não formal quando são sistematizadas pela pedagoga e incorporadas às atividades institucionais.

D. As práticas escolares são formais; as oficinas comunitárias e os encontros socioassistenciais planejados são não formais; e as aprendizagens familiares permanecem informais, mesmo quando retomadas pedagogicamente.

E. Os encontros socioassistenciais tornam-se formais quando mantêm articulação com a escola, enquanto as oficinas comunitárias conservam natureza não formal por ocorrerem fora do currículo escolar.

Em uma unidade de internação para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal, uma pedagoga acompanha quatro experiências formativas: aulas ministradas por escola pública vinculada ao sistema de ensino; oficinas de audiovisual organizadas pela equipe socioeducativa; aprendizagens construídas entre os adolescentes nas relações cotidianas da unidade; e atividades de leitura mediadas por voluntários, com objetivos, cronograma e acompanhamento definidos.

07. Considerando a educação formal, não

formal e informal e o papel do pedagogo, assinale a alternativa CORRETA:

A. As aulas preservam natureza formal por integrarem o sistema de ensino; as oficinas de audiovisual e as atividades de leitura mediada podem ser compreendidas como educação não formal, em razão de sua intencionalidade e organização; e as aprendizagens entre pares permanecem informais, ainda que sejam posteriormente consideradas pela pedagoga.

B. As aulas e as oficinas de audiovisual integram campos educativos distintos, embora ambas assumam natureza formal quando articuladas ao plano individual de atendimento e submetidas a acompanhamento sistemático pela equipe responsável.

C. As aprendizagens constituídas entre

os adolescentes podem ser enquadradas como não formais quando produzem valores, comportamentos e modos de convivência relevantes para os objetivos socioeducativos, mesmo sem planejamento prévio da instituição.

D. As atividades de leitura mediada situam-se no campo informal quando a adesão dos adolescentes é voluntária, ainda que o percurso seja organizado, acompanhado e orientado por finalidades formativas previamente definidas.

E. As oficinas de audiovisual e as atividades de leitura mediada integram a educação não formal, enquanto as aulas passam a assumir a mesma natureza quando desenvolvidas no interior de unidade socioeducativa, fora do espaço físico regular da escola.

LEI MARIA DA PENHA. ESTATUTO DA PESSOA IDOSA, POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. CRIMES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR E ENTENDIMENTO DO STF SOBRE HOMOTRANSFOBIA

06 AGOSTO - Prof. Suzele Veloso

(FUNDATEC - Prefeitura de Pontão - Técnico em Enfermagem - 2026)

01. Assinale a alternativa que NÃO indica uma medida que deve ser assegurada pelo juiz à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica.

A. Manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

B. Encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.

C. Acompanhar pessoal e obrigatoriamente a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.

D. Acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.

(FUNDATEC - Prefeitura de Pontão - Auxiliar de Serviços Gerais – 2026)

Joaquim é filho de Roberta e, em razão do gênero dela, tenta controlar as ações de Roberta mediante manipulação, com o objetivo de causar prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação dela.

02. Considerando essa situação e as disposições da Lei Maria da Penha, assinale a alternativa CORRETA:

A. A Lei Maria da Penha não se aplica a Joaquim na situação descrita, pois ele é filho de Roberta.

B. O ato cometido por Joaquim se enquadra apenas como espécie de violência sexual.

C. Caso Roberta fosse mulher homossexual, não seriam aplicáveis as disposições da Lei Maria da Penha.

D. Entre as medidas que podem ser aplicadas contra Joaquim, está o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.

(UPENET/IAUPE - UPE - Bibliotecário - 2026)

A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

03. Assinale a alternativa que se encontra em desacordo com as disposições da Lei Maria da Penha.

A. Constitui uma das diretrizes da política pública, voltada a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, o destaque ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher nos currículos escolares de todos os níveis de ensino.

B. Outra diretriz relevante da política que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher compreende a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

C. A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso. Tal direito é assegurado em relação aos dependentes matriculados em instituições de educação básica ou de ensino superior.

D. Em virtude da comprovação da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato ao agressor, a medida protetiva de urgência de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.

E. A União, o Distrito Federal, os Estados e Municípios poderão criar e promover, nos limites das respectivas competências, casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar, e também poderão criar centros de educação e de reabilitação para agressores.

(Quadrix - Fundação ABC - Itatiba - Assistente Social - 2025)**04. Assinale a opção que apresenta uma medida de proteção à pessoa idosa, me-****didada essa que esteja prevista no Estatuto da Pessoa Idosa.**

A. requisição para tratamento da saúde da pessoa idosa, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar

B. mobilização da opinião pública no sentido de divulgar os direitos das pessoas idosas

C. manter, no quadro de funcionários, de instituições que prestam serviços à pessoa idosa profissionais com formação específica em gerontologia

D. implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados à pessoa idosa

E. estímulo às empresas privadas para a admissão de pessoas idosas ao trabalho

(Quadrix - Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo - Agente Comunitário de Saúde - 2023)**05. O Estatuto da Pessoa Idosa destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a:**

A. 55 anos.

B. 60 anos.

C. 65 anos.

D. 70 anos.

E. 75 anos.

(Quadrix - Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo - Agente Comunitário de Saúde - 2023)**06. Conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, o envelhecimento é um(a):**

A. enfermidade natural da condição humana.

B. característica natural dos seres vivos.

C. direito coletivo.

D. direito difuso.

E. direito personalíssimo.

**(FGV - 2026 - TJ-SC - Assistente Social)
Com relação à Política Nacional para a População em Situação de Rua, analise os itens a seguir:**

I. Estruturar programas permanentes de moradia como eixo central e obrigatório do atendimento à população em situação de rua.

II. Proporcionar o acesso da população em situação de rua aos benefícios previdenciários previstos em lei.

III. Vincular o acesso a programas de proteção social à comprovação de abandono do

uso de substâncias psicoativas.

07. Faz parte da Política Nacional para a População em Situação de Rua o que se indica em:

- A. I, II e III
- B. I e II, apenas.
- C. I e III, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. II, apenas.

(Avança SP - 2026 - Prefeitura de Rio Claro - SP - Advogado – Creas)

O Decreto nº 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

08. Com base no conceito legal, analise os itens a seguir sobre as características que definem esse grupo populacional:

I. Trata-se de um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular.

II. Inclui pessoas que utilizam logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente.

III. Compreende indivíduos que utilizam unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

IV. Abrange exclusivamente pessoas em extrema pobreza e sem moradia convencional regular.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A. I, II e III, apenas.
- B. I, I e IV, apenas.
- C. II, III e IV, apenas.
- D. I e III, apenas.
- E. I, II, III e IV.

(FGV - 2026 - TJ-SC - Assistente Social) Com relação à Política Nacional para a População em Situação de Rua, analise os itens a seguir:

I. Estruturar programas permanentes de moradia como eixo central e obrigatório do atendimento à população em situação de rua.

II. Proporcionar o acesso da população em situação de rua aos benefícios previdenciários previstos em lei.

III. Vincular o acesso a programas de prote-

ção social à comprovação de abandono do uso de substâncias psicoativas.

09. Faz parte da Política Nacional para a População em Situação de Rua o que se indica em:

- A. I, II e III
- B. I e II, apenas.
- C. I e III, apenas.
- D. II e III, apenas.
- E. II, apenas.

(FUNDATEC - PC RS - Escrivão de Polícia Conhecimento Específicos – 2026)

No contexto da proteção aos direitos fundamentais e do combate à discriminação, a homofobia e a transfobia passaram a receber tratamento jurídico específico no ordenamento brasileiro.

10. Considerando o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa CORRETA:

A. A homofobia e a transfobia são consideradas crimes apenas quando praticadas por agentes do Estado, em razão do princípio da legalidade estrita.

B. A criminalização da homofobia e da transfobia depende exclusivamente de leis estaduais, não podendo ser reconhecida por decisão judicial.

C. A repressão penal à homofobia e à transfobia viola o princípio da liberdade de expressão, razão pela qual tais condutas são puníveis apenas na esfera cível.

D. A prática de atos de homofobia e transfobia foi equiparada ao crime de racismo, sendo aplicável a Lei nº 7.716/1989, até que o Congresso Nacional edite legislação específica sobre o tema.

E. A homofobia e a transfobia são tratadas como crimes de menor potencial ofensivo, sujeitos exclusivamente à aplicação de penas alternativas.

FUNÇÕES DO QUE

07 AGOSTO - Prof. Mariana Noletto

A diversidade de moedas nas feiras levou ao surgimento dos cambistas, que trocavam moedas de diferentes regiões.

01. Em “que trocavam moedas de diferentes regiões”, a palavra “que” é um(a):

- A. pronome relativo.
- B. pronome possessivo.
- C. pronome demonstrativo.
- D. conjunção coordenativa.
- E. conjunção integrante.

02. No período “**e chegamos antes e compreendemos que já não tem importância**”, é CORRETO afirmar que a palavra “que”.

- A. introduz uma oração de valor adjetivo restritivo.
- B. introduz uma oração de valor adjetivo explicativo.
- C. introduz uma oração que é parte integrante da oração principal e possui valor de sujeito.
- D. introduz uma oração que é parte integrante da oração principal e possui valor de objeto direto.
- E. introduz uma oração que funciona como um adjunto da oração principal, com valor adverbial.

“Isso veio confirmar que existe um ganho genético muito rápido com essa fertilização.”

03. Em “que existe um ganho genético muito rápido” a palavra “que” é:

- A. pronome relativo.
- B. preposição accidental.
- C. pronome reflexivo.
- D. um pronome exclamativo.
- E. conjunção integrante.

04. No período “Uma metodologia emergente, que tenta solucionar o problema da análise de grandes quantidades de dados e ultrapassa a habilidade e a capacidade humanas, é a descoberta de conhecimento em banco de dados.”, a palavra “que” é:

- A. um pronome indefinido.
- B. um pronome relativo.
- C. uma conjunção coordenativa.

D. uma conjunção integrante.

E. uma preposição essencial.

No dia do teste, viu Vallentyna e Aretuza, a professora, chorando. Não entendeu lufas. Então, a lágrima no olho da professora foi virando lentamente uma gargalhada na cara da amiga, que estudou.

05. No trecho “Então, a lágrima no olho da professora foi virando lentamente uma gargalhada na cara da amiga, que estudou”, o termo “que” se classifica como:

- A. pronome.
- B. conjunção.
- C. preposição.
- D. substantivo.
- E. adjetivo.

06. Considerando os trechos a seguir, assinale a opção na qual o elemento “que” configura função coesiva anafórica ao substituir um termo, evitando sua repetição na oração posterior.

- A. O fato de a nova lei visar ao amparo da parturiente não significa que a família seja excluída do apoio.
- B. As instituições de saúde terão que promover a formação continuada de seus profissionais conforme a nova lei.
- C. O trabalho com puérperas enlutadas é recompensador para funcionários que valorizam a empatia como condição promotora de saúde.
- D. A nova lei não diz que ações devem ser promovidas no mês de outubro.
- E. Políticas públicas como essa são tão relevantes e urgentes, que se torna inadiável uma revolução na construção de um novo conceito de saúde.

07. No trecho “Você acha que nós queremos ver isso?”, o “que”:

- A. deveria, obrigatoriamente, ser substituído por “o qual”.
- B. deveria, obrigatoriamente, ser substituído por “nos quais”.
- C. é um pronome relativo.
- D. introduz uma oração subordinada substantiva.

E. é uma preposição, já que une termos de mesma classificação morfológica.

O balanço do ministério aponta também que R\$ 14 milhões foram poupados [...]

08. Assinale a alternativa que contenha a classe morfológica a que a palavra “que”, no contexto em que aparece na passagem acima, pertence.

- A.** Preposição.
- B.** Conjunção.
- C.** Pronome.
- D.** Verbo.
- E.** Substantivo.



09. Na charge acima, a palavra “que” é:

- A.** Conjunção coordenativa.
- B.** Conjunção integrante.
- C.** Pronome relativo.
- D.** Pronome interrogativo.
- E.** Partícula expletiva.

10. Considerando o trecho retirado do texto “Como topei com uma palavra que ignorava [...]”, qual é a classificação morfológica do vocábulo sublinhado?

- A.** Partícula expletiva.
- B.** Pronome interrogativo.
- C.** Conjunção integrante.
- D.** Conjunção coordenativa.
- E.** Pronome relativo.

OS PEDAGÓGICOS
CURSOS E CONCURSOS

DESAFIO 40 SEDES

   OSPEDAGOGICOS